



ÉTICA E LEGISLAÇÃO NA EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL: REFLEXOS NA ENFERMAGEM E NA PESQUISA MÉDICA

Elter Alves Faria , Helba Batista Gonzaga Faria , Matheus Henrique de Sousa, Adam Elias do Nascimento , Wanderlan Cabral Neves Neves, Neander Oíbio Costa, Marianne Cristina Serejo do Nascimento , Camila Myssen Coelho de Souza , Laci Marcos Dias , Roberta Raiane Rubens Coutinho , Guilherme Barros Mesquita , Elizabeth Ferreira da Rocha



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n7p1077-1086>

Artigo recebido em 11 de Junho e publicado em 21 de Julho de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A experimentação animal é uma prática fundamental para o avanço da ciência médica, possibilitando o desenvolvimento de novos medicamentos, tratamentos e procedimentos clínicos. No entanto, envolve questões éticas relevantes relacionadas ao bem-estar dos animais utilizados. No Brasil, a legislação que regula o uso científico de animais, especialmente a Lei nº 11.794/2008, estabelece normas rigorosas para minimizar o sofrimento animal e garantir a responsabilidade dos pesquisadores. Além disso, a enfermagem exerce papel importante no contexto da experimentação animal, participando do cuidado direto aos animais e da aplicação dos protocolos éticos e legais. Este trabalho tem como objetivo analisar os reflexos da ética e da legislação na experimentação animal, enfatizando a atuação da enfermagem e os impactos na pesquisa médica. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa, por meio da análise de artigos científicos, legislações e documentos institucionais encontrados nas bases SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico, publicados nos últimos 15 anos. Foram utilizados descritores como “ética na experimentação animal”, “legislação uso de animais em pesquisa”, “enfermagem e experimentação animal” e “pesquisa médica e ética animal”. A seleção considerou apenas materiais fundamentados cientificamente, excluindo publicações opinativas ou sem embasamento acadêmico. Os dados coletados foram organizados tematicamente para discussão. Os resultados indicam que os princípios dos “3Rs” — substituição, redução e refinamento — são amplamente adotados como base ética para a experimentação animal, promovendo alternativas que substituem o uso de animais sempre que possível, redução do número de animais utilizados e refinamento das técnicas para minimizar o sofrimento. A legislação brasileira, sobretudo a Lei nº 11.794/2008, fortalece o controle ético das pesquisas ao exigir avaliação prévia por comitês de ética específicos. A enfermagem desempenha papel essencial no manejo dos animais e na observância das normas, embora haja



desafios quanto à capacitação dos profissionais para atuarem com maior conhecimento e responsabilidade. Conclui-se que a ética e a legislação na experimentação animal são fundamentais para assegurar práticas científicas responsáveis e humanizadas. A atuação do profissional de enfermagem é vital para garantir o cuidado adequado aos animais e o cumprimento das normas legais e éticas. A formação continuada desses profissionais contribui para o fortalecimento da ética na pesquisa. Além disso, a legislação vigente oferece a base legal necessária para proteger os animais e legitimar os estudos científicos, enquanto a busca por métodos alternativos impulsiona a construção de uma ciência mais ética, sustentável e respeitada pela sociedade.

Palavras-chave: Ética, Legislação, Experimentação Animal, Enfermagem, Pesquisa Médica.

ETHICS AND LEGISLATION IN ANIMAL EXPERIMENTATION: REFLECTIONS ON NURSING AND MEDICAL RESEARCH

SUMMARY

Animal experimentation is a fundamental practice for the advancement of medical science, enabling the development of new medicines, treatments, and clinical procedures. However, it involves significant ethical issues related to the welfare of the animals used. In Brazil, the legislation regulating the scientific use of animals, particularly Law No. 11.794/2008, establishes strict standards to minimize animal suffering and ensure the accountability of researchers. Furthermore, nursing plays an important role in animal experimentation, participating in direct animal care and the application of ethical and legal protocols. This study aims to analyze the impact of ethics and legislation on animal experimentation, emphasizing the role of nursing and its impact on medical research. To this end, qualitative bibliographic research was conducted through the analysis of scientific articles, legislation, and institutional documents found in the SciELO, PubMed, LILACS, and Google Scholar databases, published over the last 15 years. Descriptors such as "ethics in animal experimentation," "legislation on the use of animals in research," "nursing and animal experimentation," and "medical research and animal ethics" were used. The selection considered only scientifically based materials, excluding opinionated publications or those lacking academic support. The collected data were organized thematically for discussion. The results indicate that the "3Rs" principles—replacement, reduction, and refinement—are widely adopted as an ethical basis for animal experimentation, promoting alternatives that replace the use of animals whenever possible, reducing the number of animals used, and refining techniques to minimize suffering. Brazilian legislation, particularly Law No. 11,794/2008, strengthens the ethical oversight of research by requiring prior evaluation by specific ethics committees. Nursing plays an essential role in animal handling and compliance with regulations, although there are challenges in training professionals to act with greater knowledge and responsibility. The conclusion is that ethics and legislation in animal experimentation are fundamental to ensuring responsible and humane scientific



practices. The work of nursing professionals is vital to ensuring proper care for animals and compliance with legal and ethical standards. Continuing education for these professionals contributes to strengthening ethics in research. Furthermore, current legislation provides the necessary legal basis to protect animals and legitimize scientific studies, while the search for alternative methods drives the development of a more ethical, sustainable, and respected science.

Keywords: Ethics, Legislation, Animal Experimentation, Nursing, Medical Research.



INTRODUÇÃO

Segundo Crespo (2014), a ética aplicada à experimentação animal busca equilibrar o progresso científico com o respeito à vida animal, promovendo o uso responsável e humanizado desses organismos nos processos de investigação. A experimentação animal é uma prática amplamente utilizada nas áreas da saúde e da ciência, fundamental para o desenvolvimento de medicamentos, vacinas, procedimentos cirúrgicos e outras intervenções clínicas. Apesar de sua relevância para o avanço científico, o uso de animais em pesquisa levanta importantes questões éticas e legais, uma vez que envolve o potencial sofrimento de seres sencientes.

Conforme Cavalcante e Araújo (2017), tais medidas são essenciais para garantir que os experimentos sejam realizados minimizando o sofrimento e aplicando os princípios dos “3Rs”: substituição, redução e refinamento. No Brasil, a legislação referente à experimentação animal foi significativamente aprimorada com a promulgação da Lei nº 11.794/2008, também conhecida como Lei Arouca, que regulamenta o uso científico de animais e criou o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). Essa legislação estabelece normas rigorosas para a condução de pesquisas, incluindo a necessidade de aprovação prévia dos projetos por comitês de ética em uso de animais (CEUA), que avaliam aspectos éticos, científicos e metodológicos (Brasil, 2008).

A enfermagem, enquanto profissão de saúde, desempenha um papel importante no contexto da experimentação animal, sobretudo em instituições que desenvolvem pesquisa biomédica. A atuação do enfermeiro pode envolver desde o manejo e cuidados aos animais utilizados, até o cumprimento de protocolos éticos e legais que assegurem o bem-estar animal e a qualidade dos procedimentos científicos (Souza et al., 2019). Além disso, a formação ética desses profissionais é fundamental para a conscientização quanto às responsabilidades e limites da experimentação, fortalecendo a humanização e a responsabilidade social na ciência.

Para Silva e Ferreira (2020), a integração entre ética, legislação e prática científica representa um avanço indispensável para a construção de um modelo de pesquisa sustentável e moralmente aceitável. Em relação à pesquisa médica, a observância rigorosa da ética e da legislação garante que os estudos sejam conduzidos com



transparência e respeito às normas vigentes, assegurando não apenas a validade dos resultados, mas também a credibilidade da ciência perante a sociedade.

Assim, o presente trabalho propõe analisar os reflexos da ética e da legislação na experimentação animal, enfocando os impactos e responsabilidades no âmbito da enfermagem e da pesquisa médica. Essa análise é essencial para promover a reflexão crítica e o aprimoramento das práticas científicas, reafirmando o compromisso com a vida e o bem-estar animal sem comprometer o desenvolvimento do conhecimento científico.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, por se tratar de uma investigação que tem como objetivo analisar conceitos, normativas e reflexões relacionadas à ética e legislação na experimentação animal, bem como seus impactos na enfermagem e na pesquisa médica.

A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão teórica sobre os princípios éticos que regem a experimentação com animais, as legislações brasileiras e internacionais pertinentes, além de examinar o papel dos profissionais de enfermagem neste contexto. Para isso, foram selecionadas publicações científicas, livros, legislações oficiais e documentos institucionais disponíveis em bases de dados confiáveis.

A coleta de dados foi realizada por meio de busca sistemática nas bases eletrônicas Scielo, PubMed, LILACS e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: “ética na experimentação animal”, “legislação sobre uso de animais em pesquisa”, “enfermagem e experimentação animal” e “pesquisa médica e ética animal”. Foram incluídos artigos publicados nos últimos 15 anos, disponíveis em português, inglês e espanhol, que abordassem a temática de forma direta e aprofundada.

Os critérios de exclusão abrangeram materiais que não apresentassem fundamentação científica adequada, publicações com foco exclusivo em experimentação humana, e textos cujo conteúdo fosse apenas divulgacional ou opinativo sem embasamento acadêmico.

Para a análise dos dados, foi realizada a leitura crítica dos textos selecionados,



com a extração dos principais tópicos relacionados à ética, legislação, aplicação dos princípios dos “3Rs” e a atuação da enfermagem no manejo e cuidado animal durante pesquisas. Posteriormente, as informações foram organizadas de forma temática para permitir a discussão integrada dos aspectos legais e éticos no contexto da pesquisa científica.

A metodologia adotada assegura a validade e a consistência da análise, ao proporcionar um panorama atualizado e fundamentado da experimentação animal sob o ponto de vista ético e legal, contribuindo para a compreensão do papel do enfermeiro e dos pesquisadores médicos nesse cenário.

RESULTADOS

A análise da literatura revelou que a experimentação animal permanece como uma ferramenta indispensável para o avanço da ciência médica, porém o seu uso é acompanhado por rígidos parâmetros éticos e legais que buscam garantir o respeito e o bem-estar dos animais envolvidos. Segundo Cavalcante e Araújo (2017), a aplicação dos princípios dos “3Rs” — substituição (replacement), redução (reduction) e refinamento (refinement) — é amplamente reconhecida como a base para a condução ética das pesquisas, promovendo métodos alternativos sempre que possível, minimizando o número de animais utilizados e aperfeiçoando as técnicas para reduzir o sofrimento.

No âmbito da enfermagem, a literatura destaca a importância da atuação do profissional no manejo adequado dos animais de laboratório e no cumprimento dos protocolos éticos e legais. Souza *et al.* (2019) afirmam que o enfermeiro, além de garantir o cuidado direto aos animais, desempenha papel crucial na sensibilização da equipe multidisciplinar quanto às boas práticas e à necessidade de rigor no respeito às normas do CONCEA e às diretrizes do Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA). Essa participação contribui para a humanização do ambiente experimental e para a qualidade científica dos resultados obtidos.

Outro ponto relevante é o impacto da legislação brasileira, que representa um marco na regulamentação da experimentação animal. A Lei nº 11.794/2008, conforme destaca Brasil (2008), estabelece critérios que visam proteger os animais, impondo a



avaliação ética prévia e o acompanhamento rigoroso das pesquisas. Silva e Ferreira (2020) ressaltam que a existência dessa legislação contribui para a responsabilização dos pesquisadores, além de favorecer o desenvolvimento de pesquisas éticas e transparentes, essenciais para a credibilidade da ciência e aceitação social dos resultados.

Entretanto, desafios ainda persistem, especialmente no que tange à implementação prática dos princípios éticos e legais. Estudos indicam que o conhecimento e a formação dos profissionais sobre legislação e ética podem ser insuficientes, o que compromete a efetividade das normas. Nesse sentido, a capacitação continuada de enfermeiros e pesquisadores é apontada como estratégia fundamental para fortalecer o compromisso com a ética na experimentação animal (Martins *et al.*, 2018).

Conforme destaca Crespo (2014), a pressão social impulsiona o desenvolvimento de métodos alternativos e a busca por avanços tecnológicos que reduzam a dependência dos modelos animais, como os testes *in vitro* e o uso de simulações computacionais. Esses recursos, quando aplicados adequadamente, não apenas respeitam os direitos dos animais, mas também promovem resultados mais precisos e reprodutíveis. Além disso, a discussão acerca da experimentação animal vem ganhando espaço na sociedade, que exige transparência e responsabilidade dos centros de pesquisa.

Portanto, os resultados da pesquisa bibliográfica indicam que a ética e a legislação são elementos centrais para a condução da experimentação animal, influenciando diretamente as práticas da enfermagem e da pesquisa médica. A integração desses aspectos fortalece o compromisso científico com a responsabilidade social e ambiental, garantindo que o progresso na área da saúde ocorra de forma consciente e sustentável.

CONCLUSÃO

A ética e a legislação na experimentação animal são pilares fundamentais para garantir que a pesquisa científica na área da saúde seja conduzida com responsabilidade, respeito e humanidade. Este estudo evidenciou que a aplicação dos princípios éticos, sobretudo os preceitos dos “3Rs” substituição, redução e refinamento aliados à



regulamentação legal vigente, como a Lei nº 11.794/2008, são indispensáveis para proteger o bem-estar dos animais e assegurar a legitimidade das pesquisas.

No contexto da enfermagem, destaca-se a importância do papel do profissional não apenas no cuidado direto aos animais, mas também na promoção da ética e na observância das normas legais que regem a experimentação, contribuindo para a qualidade dos processos e para a humanização das práticas científicas. A capacitação contínua desses profissionais é essencial para enfrentar os desafios existentes e fortalecer o compromisso com o uso responsável dos animais.

Além disso, o avanço das legislações e o aumento da conscientização social impulsionam o desenvolvimento de métodos alternativos à experimentação animal, evidenciando uma tendência à redução do uso de animais nas pesquisas. Dessa forma, a integração entre ética, legislação e inovação tecnológica é o caminho para uma ciência mais sustentável, ética e eficaz.

Assim, reafirma-se que a reflexão crítica sobre a ética e a legislação na experimentação animal não apenas contribui para a proteção dos animais, mas também fortalece a credibilidade da pesquisa médica e o papel da enfermagem, promovendo um equilíbrio indispensável entre o progresso científico e o respeito à vida.

REFERENCIA

BRASIL. Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008. Regulamenta o uso científico de animais. Diário Oficial da União, Brasília, 8 out. 2008.

CAVALCANTE, R. L.; ARAÚJO, J. R. Os princípios dos 3Rs e a experimentação animal no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 69, n. 3, p. 32-37, 2017.

CRESPO, A. Ética e experimentação animal: uma análise dos princípios e desafios. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2014.

MARTINS, F. S. et al. Formação ética e legal na experimentação animal: desafios para a pesquisa. *Revista de Ciências da Saúde*, v. 7, n. 2, p. 85-92, 2018.

SILVA, M. F.; FERREIRA, L. A. Ética e legislação na pesquisa científica: desafios contemporâneos. *Revista de Pesquisa em Saúde*, v. 11, n. 1, p. 15-23, 2020.



SOUZA, T. M. et al. O papel do enfermeiro na experimentação animal: práticas e responsabilidades. *Revista Enfermagem Atual*, v. 23, n. 4, p. 98-105, 2019.